

MÃES ENCARCERADAS: O OLHAR DAS MÃES EM PROCESSO DE RECLUSÃO E AS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DO AFASTAMENTO DOS FILHOS

Yara Emídio Fonseca Torres*
Karine Ferreira Costa**

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo descrever os sentimentos das mães detentas ocasionados pelo afastamento dos filhos em função do período de reclusão. O estudo se caracteriza estudo de campo quanto aos meios, quanto aos fins qualitativa e de natureza descritiva. Para a elaboração do referencial teórico, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica e para o estudo de campo foi utilizada uma entrevista semiestruturada, contendo questionamentos para subsidiar o procedimento. Os resultados foram examinados a partir de uma análise de conteúdo, em que se discutiram as falas das seis mães em situação de reclusão, buscando apresentar as consequências do aprisionamento penitenciário feminino na função materna percebida pelas reclusas. Portanto, a presente pesquisa possibilitou compreender através do discurso das entrevistadas, de forma bastante clara que ao ficarem afastadas dos seus filhos, no que se refere à saúde mental, relacionado a alguns pontos como angústia, culpa, ansiedade, estresse, alterações no sono, depressão, dentre outros pontos, todas apresentam algum tipo de alteração em um ou mais dos sintomas citados, tornado esses dados relatados extremamente importante para a busca de alternativas que possibilitem a diminuição de tais danos à saúde mental dessas mulheres. A conservação de um bom e constante vínculo familiar é um mecanismo que pode auxiliar nessa questão, ou seja, o não rompimento dos vínculos entre mãe e filho pode resultar em um quadro psicológico mais estável.

Palavras-Chave: Penitenciária Feminina. Maternidade. Saúde Psicológica.

ABSTRACT

The purpose of this article was to describe the feelings of the detained mothers caused by the separation of the children. This research is characterized as a field study with descriptive procedures. For the preparation of the theoretical reference, a bibliographical research was used and for the field study a semi-structured interview was used, containing questions to subsidize the procedure. The results were examined from the content analysis, in which the statements of the six mothers in a situation of imprisonment were discussed, trying to present the consequences of female imprisonment in the maternal function. Therefore, this present research made it possible to understand through the interviewees' discourse, in a very clear way that when mothers are separated from their children - regarding mental health, related to some points such as anguish, guilt, anxiety, stress, disturbed sleeping, depression, among others - they have presented some type of alteration in one or more of the mentioned symptoms, making these data extremely important for the search of alternative that allow the reduction of such damages to the mental health of these women. The preservation of a good and constant family bond is a mechanism that can help in this situation, that is, the non-rupture of the bonds between mother and child can result in a more stable psychological state.

Key words: Women's Penitentiary. Maternity. Psychological Health.

* Graduanda em Psicologia, Faculdade Ciências da Vida (FCV). E-mail: yaraemidiofonseca@yahoo.com.br

**Psicanalista, mestrado em Gestão do Capital Intelectual, Professora e Coordenadora de Estágios da Faculdade Ciências da Vida (FCV). E-mail: karinefcosta@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Viver em sociedade faz parte da natureza do homem, contudo, essa essência é caracterizada por possíveis situações conflituosas. Para lidar com essas questões envolvendo aspectos sociais, juntamente com a família, a religião e a moral, as instituições judiciárias se apresentam como mecanismos de controle dessas relações sociais, ou seja, desses conflitos, atuando de forma preventiva ao incriminar alguns comportamentos e em caso concretamente comprovados. Após serem julgados, homens e mulheres são direcionados aos presídios para cumprirem suas penas (SANTOS; SANTOS, 2014; PIZZIO, 2016).

Destaca-se mundialmente um aumento na porcentagem de mulheres sendo encarceradas e conseqüentemente com isso um crescente número de mães reclusas. A maternidade nas penitenciárias abrange uma complexidade de fatores, envolvendo as condições físicas estruturais dos presídios, o ambiente, os programas e políticas sociais oferecidas para esse público em específico, questões emocionais, e a própria condição das detentas de exercerem a maternidade na situação de reclusão (MELLO, 2014).

Dessa forma, o presente projeto de pesquisa possui como tema, as conseqüências psicológicas do afastamento dos filhos para as detentas, buscando com os objetivos descrever os sentimentos das mães ocasionados pelo afastamento dos filhos em função do período de reclusão, perpassando pelo processo histórico de reclusão da mulher e seus direitos adquiridos. A importância de desenvolver essa pesquisa se dá na pretensão de colocar em pauta questões que afetam essas mães por estarem em período de reclusão e afastadas do cotidiano dos filhos. Portanto, para investigar esta temática, o presente estudo propõe responder à seguinte questão norteadora: Quais as conseqüências psicológicas do aprisionamento penitenciário feminino na função materna percebida pelas reclusas localizadas no presídio do município de Curvelo – MG?

Além disso, esse trabalho se justifica em investigar e apresentar uma temática relacionada ao sistema penitenciário, esclarecendo noções sociais relevantes relacionados à situação prisional do encarceramento feminino, pois trazendo para discussão esse afastamento, abrem-se portas para novos estudos, levando em consideração que a psicologia reforça um papel importante na compreensão dos diferentes fatores que os psicólogos devem ter diante de indivíduos encarcerados. Portanto, a realização deste estudo se dá na tentativa de esclarecer a realidade das mães e as conseqüências psicológicas para as mães quanto ao afastamento dos filhos vivenciada dentro do presídio feminino na cidade

de Curvelo- MG.

Dessa maneira, o presente trabalho se caracteriza como pesquisa descritiva e estudo de campo. Esta pesquisa classifica-se ainda quanto à abordagem como qualitativa e quanto ao método sendo hipotético-dedutivo. Participaram deste estudo voluntariamente seis mães, reclusas em uma penitenciária de Curvelo/MG. Para a criação do referencial teórico, será realizada uma pesquisa bibliográfica embasada em dados de artigos científicos, teses e livros. Para o estudo de campo, utilizou-se uma entrevista semiestruturada. Todo material utilizado foi embasado na técnica de análise de dados para contribuir e alcançar os objetivos propostos. Para a análise de dados utilizou-se a análise de conteúdo, na sequência realizou-se as categorizações, que buscaram identificar o sentido nas falas das entrevistadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DO MARCO ZERO ÀS CONQUISTAS PARA O PÚBLICO FEMININO

De modo geral, com o desenvolvimento da sociedade e com o crescente aumento das cidades, multiplicaram-se também os conflitos sociais. Na tentativa de inibir tais conflitos, as infrações com maior gravidade eram punidas de diferentes maneiras, variando de açoites, mutilações e até a pena de morte, porém esta punição não poderia ser posta aos pequenos delitos. Indivíduos que cometiam infrações julgadas com pequeno grau de gravidade eram direcionados a espaços já estabelecidos para arrependimento e penitência. Pautado nessa ideologia, começaram a surgir às cadeias e os primeiros presídios contendo homens e mulheres (SANTOS; SANTOS, 2014).

No cenário brasileiro por volta da década de 1930, o encarceramento de mulheres em celas, alas ou seções já era uma prática bastante utilizada, porém não possuía nenhuma diretriz legal judicialmente que regulamentasse ou exigisse essa prática, nem a instauração de uma instituição específica para essa finalidade. Devido a essa não regulamentação, as mulheres que cometiam algum delito podiam ser separadas ou não da ala masculina de acordo com as designações das autoridades responsáveis (FREITAS, 2014).

A partir desse ponto, impulsionado por debates envolvendo médicos, penalogistas e dos próprios diretores das penitenciárias, no fim da década de 1930, que tais discussões dispuseram diversas situações da realidade dos cárceres nacional, dentre elas a real e necessária separação de homens e mulheres acerca do sistema prisional. Uma importante

instituição na construção desse processo histórico de encarceramento de detentas no Brasil é a Congregação Bom Pastor d'Angers criada no ano de 1891 deve ser citada, tendo em vista que a instituição atuava no país visando inicialmente à proteção e auxílio de meninas ou mulheres que se encontravam em situação de exclusão social, material ou estivessem em condições de miséria. Tal entidade passou a atuar como centro de detenções semiautônomas que funcionavam à margem carcerária formal (KARPOWICZ, 2016; FEITAS, 2014).

Já ano de 1933 foram formuladas e tomadas às primeiras tentativas de medidas relativamente efetivas por parte do Estado, com a intenção única visando para o sexo feminino que cometiam algum delito o alojamento legal e exclusivo para o cumprimento da sentença. Contudo, apenas no ano de 1981 com o anteprojeto da Lei de Execução Penal, no qual sua aprovação se deu somente no ano de 1984, que tais direitos foram amplamente concretizados. Essa Lei assegurava direitos constitucionais igualitários a qualquer detento sem distinção de sexo, e para as mulheres em específico a regulamentação ao alojamento em alas e celas separadas os homens. No ano de 2009 duas modificações foram acrescentadas na Lei de Execução Penal e trouxeram grandes e necessárias conquistas para o público feminino carcerário, como a implementação de berçários, a oportunidade de amamentação de seus filhos até completarem 06 meses de idade e a inserção de agentes do sexo feminino (FREITAS, 2014).

2.2 AFASTAMENTO: CÁRCERE E MATERNIDADE

No Brasil, pode-se observar de forma crescente e acelerada um grande aumento do encarceramento feminino, muitas recém encarceradas foram presas por envolvimento com o tráfico de drogas, pelo fato de morarem em casas onde um grande número da substância ilícita estava sendo alojada ou são presas por tentar levar drogas para seus companheiros ou filhos quando estes estão reclusos penitencialmente. Em sua maioria é um público juvenil, pardas ou negras, de baixa classe social, pouca ou nenhuma escolaridade, vindas dos centros mais carentes das grandes metrópoles e encontram-se na faixa etária biologicamente propícia para a reprodução humana, tornando por tanto de suma importância compreender e tentar entender o fenômeno da maternidade no período de cárcere (ORMEÑO; PEREIRA, 2015; DIUANA; CORRÊA *et al.*, 2017).

No campo estrutural, as instituições prisionais voltadas para o público feminino, ou seja, as penitenciárias femininas, não possibilitam mínimas condições para atendimento das reclusas durante o período de gestação ou após o nascimento da criança. Nota-se que essas

instituições prisionais não possuem condições estruturais físicas comparáveis com as particularidades das mães encarceradas. Deste ponto observa-se grandes e reais problemas enfrentadas por essas mulheres no que se refere as suas individualidades e necessidades específicas, pois esses déficits do ambiente físico e dos recursos, possivelmente podem gerar acentuado desconforto na experiência em ser mãe encarcerada (BISPO; NUNES *et al.*, 2016).

No contexto do encarceramento é sempre muito problemático a experiência em ser mãe, pois o fenômeno do afastamento dos filhos pode tornar um trauma extremamente doloroso vivenciado pelas mães em cárcere. Essas mães no âmbito legislativo possuem benefícios relacionados aos filhos como acompanhamento médico, amamentação pelo período de no mínimo dos 06 primeiros meses, berçário, creche para as crianças com idade superior aos 06 meses de idade e menores de 07 anos, além de terem asseguradas quando o filho for deficiente físico ou mental, o benefício ao regime aberto (FRANÇA; CANTÚ, 2015; ORMEÑO; PEREIRA, 2015).

Apesar de contarem com esses benefícios, desde o período da gestação, as mulheres em cárcere convivem com a certeza e o drama de que em algum momento suas crianças serão separadas de seus cuidados e afetos. Após a criança completar o período de permanência na penitenciária, será dado início ao processo de separação, que poderá prolongar-se por até seis meses. O sentido materno normalmente desperta sentimentos positivos para a mulher, contudo, durante todo o processo envolvendo a separação dos bebês das mães, tais sentimentos podem se transformar em revolta e angústia (MACHADO, 2016).

2.3 O PROCESSO EM ESTAR PRESA E SER MÃE ATRÁS DAS GRADES

A prisão deixa resquícios de natureza visíveis e invisíveis nos indivíduos que passam por essa difícil experiência, criando possivelmente diferentes exclusões e violações que revogam as mínimas condições de uma digna cidadania às mulheres e homens que são subjulgados a uma pena condenatória. Pois, além da privação da liberdade, diversos outros direitos são negados aos detentos, principalmente às mulheres, que além de terem a educação, a saúde, o lazer, o trabalho e o contato com a família restritos, muitas têm a maternidade interrompida (SILVA, 2015).

O fato em ser mãe na prisão abrange muitas questões que podem ser consideradas de alta complexidade. Tais questões podem ser evidenciadas e apresentadas a partir de distintos campos, que perpassam pelas condições estruturais das penitenciárias, o ambiente social que as mães estão inseridas quando estão encarceradas, as políticas públicas envolvidas, além das

questões internas de cunho pessoal das próprias mães em situação de reclusão, ou seja, questões subjetivas do campo psicológico ou emocional (MELLO, 2014).

Devemos levar em consideração que o fator emocional relacionado ao estresse, está constantemente impregnado na vida de qualquer reclusa, fazendo parte do seu cotidiano. Os conflitos sofridos de origem psíquica no espaço prisional, como as agressões diárias físicas e verbais entre as presidiárias, as más condições de acomodação, dentre outros aspectos, atingem diretamente essas mães e conseqüentemente podem interferir na relação mãe e filho, principalmente no período de gestação. Nos presídios, a grávida de certa forma perde sua privacidade, estando exposta aos olhares de outras pessoas tanto nos corredores e no pátio, como também nas próprias celas, são obrigadas a dormirem ao lado de companheiras que em muitos casos, nunca haviam se conhecido anteriormente, tal obrigatoriedade pode causar as vezes atritos indesejáveis e por fim, as gestantes encarceradas não escolhem o que irão comer. Com todos esses pontos, as grávidas adquirem um sentimento de se sentirem submissas e humilhadas, privadas de seus desejos pessoais (SOUZA; FERREIRA, 2014).

A partir disso, juntamente com a decorrência de possíveis alterações nos níveis de ansiedade e angústia da gestante, ou mesmo questões relacionadas ao estresse de natureza crônica ou aguda, além do sofrimento de traumas emocionais, há de se eventualmente desencadear um enorme sofrimento fetal, ou seja, a criança em seu processo de formação poderá sofrer marcas profundas que poderão resultar posteriormente em problemas orgânicos e psíquicos. Daí se dar a importância do cuidado dos sentimentos e emoções das mães reclusas durante o período de gestação, fazendo-se necessária e de suma importância o apoio no que se relacionam as angústias e ansiedades da mãe (SOUZA; FERREIRA, 2014).

3 METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho caracteriza-se como pesquisa descritiva e estudo de campo, tendo por objetivo investigar os sentimentos das detentas ocasionado pelo afastamento dos filhos em função do período de reclusão em uma penitenciária. As pesquisas descritivas têm como principal finalidade descrever características de um determinado fenômeno ou características de uma população como idade, sexo, escolaridade, renda, saúde mental ou física, dentre outros, já o estudo de campo focaliza uma população voltada para qualquer atividade humana. Esta pesquisa classifica-se ainda quanto à abordagem como qualitativa

possibilitando aprofundar o conhecimento sobre o tema proposto e quanto ao método sendo hipotético-dedutivo, sendo este apresentado como proposta por Karl Popper como um método que inicia-se por hipóteses e por processos de deduções, que serão testados ou falseados (GIL, 2008; GIL, 2010; MARCONI; LAKATOS, 2010).

3.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Participaram deste estudo voluntariamente seis mães da unidade prisional selecionada, com idade entre 18 a 41 anos, tendo o ensino fundamental como prevalência maior no que se refere a escolaridade. Para a elaboração do referencial teórico, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica embasada em dados de artigos científicos, localizados em sites de pesquisa como SCIELO e PEPSIC. Para o estudo de campo, foi utilizada uma entrevista semiestruturada, contendo questionamentos para subsidiar o procedimento, com duração de aproximadamente 60 minutos cada entrevista.

A coleta de dados aconteceu em um presídio, localizado no município de Curvelo/MG. Foram agendados com as participantes, data e hora respeitando as exigências internas da instituição para apresentação do estudo, explicação em caso de dúvidas e preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas ocorreram individualmente, de forma distinta e em dias diferentes respeitando a rotina já estabelecida das mães reclusas que concordarem e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Todo material utilizado foi embasado na técnica de análise de dados para contribuir e alcançar os objetivos propostos. Para a análise de dados foi utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). As entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente pela pesquisadora, na sequência foram realizadas as categorizações, que identificam o sentido nas falas das mães entrevistadas.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL DAS MÃES PARTICIPANTES

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE DE FILHOS	TEMPO DE RECLUSÃO
Entrevista ME1	41 anos	Ensino Fundamental	06	03 anos
Entrevista ME2	32 anos	Ensino Fundamental	02	09 anos
Entrevista ME3	41 anos	Ensino Fundamental	03	11 meses
Entrevista ME4	27 anos	Ensino Médio	02	02 anos
Entrevista ME5	26 anos	Ensino Fundamental	03	04 anos
Entrevista ME6	18 anos	Ensino Fundamental	01	02 meses

Fonte: A autoria própria, (2018).

Diante da análise de discurso das entrevistas semiestruturadas individuais, relacionadas aos sentimentos das mães detentas ocasionados pelo afastamento dos filhos em função do período de reclusão judiciário, foram realizadas as categorias apresentadas a seguir.

4.2 O SENTIDO DE SER MÃE: MATERNIDADE E RELIGIOSIDADE

Não se pode afirmar que é apenas através da maternidade que a mulher encontra a realização feminina, tendo em vista que muitas mulheres não apresentam o desejo de ser mães e não atribuem a maternidade como único processo de realização ligado ao corpo feminino. Contudo, é inegável pensar que o processo envolvendo a maternidade mobiliza e interfere nas questões físicas, sociais e psíquicas da mulher, como o cuidado, o carinho, afeto, dentre outros pontos, levando em consideração os diferentes e particulares processos de cada gestação, sendo ele individual ou social (CÂMARA, 2015). O sentido em ser mãe foi explicado pela maioria das entrevistadas como uma vivência, e a sentimentos ligados a questões positivas que transcendem as questões pessoais, tais fatores podem ser notados nas seguintes falas:

“Ser mãe é ser tudo, ser mãe é a coisa melhor do mundo, eu dou minha vida pelos meus filhos.” (ME1)

“Ser mãe para mim é tudo!” (ME2)

“É tudo na vida da gente, depois que a gente é mãe, como se diz, você não tem mais sossego, a gente só pensa nos filhos.” (ME4)

“Ser mãe é tudo, é um amor incondicional, é ter um sentido na vida, isso para mim é ser mãe. É um amor que não dá pra explicar.” (ME6)

Fazendo referência a história em um contexto social, a maternidade foi formada como o ideal supremo da mulher, caracterizando um caminho para buscar a plenitude e a concretização da feminilidade, passando por um sentido de sacrifícios prazerosos. O fator em ser mãe, não é a única maneira de concretização da feminilidade. Entretanto, como somente a mulher pode passar pelo processo de gestação, a maternidade pode ser vista como algo sublime e como subsídio para que a mulher se sinta realizada e completa (LEITE; FROTA, 2014).

Em se tratando das mães entrevistadas em questão, o sentido em ser mãe está associado ao processo de realização, plenitude e concretização feminina, pois como representados nos dizeres das entrevistadas, o fator em ser mãe está voltado para a abdicação de seus próprios ideais voltando-se integralmente seu olhar e pensamentos para os filhos, ou seja, ser mãe é tudo para essas mulheres. Além dessa atribuição voltada para “ser mãe é tudo”, a maioria das entrevistadas atribuem também a maternidade a algo do campo divino, religioso, como demonstra as falas abaixo:

“Ser mãe é um dom de Deus né!?” (ME4)

“Ser mãe para mim é um dom de Divino, é um dom maravilhoso [...]” (ME3)

“Ser mãe é muito especial, é um dom de Deus maravilhoso.” (ME2)

Percebe-se nas falas das entrevistadas que a maternidade também está associada ao campo da religiosidade. A presença da mulher é de suma importância para a cultura teológica cristã, como narradoras, mártires, místicas, viajantes, profetizas, rainhas, fundadoras, dentre outras, que deixaram como patrimônio suas histórias e testemunhos. Embasados nesses históricos, a maternidade se relaciona com a fé através da própria percepção singular de cada mulher, possibilitando e associando o sentido em ser mãe à vontade e graça divina. (CÂMARA, 2015).

4.3 CONSEQUÊNCIAS DO AFASTAMENTO PARA AS MÃES ENCARCERADAS: ADOECIMENTO PSÍQUICO

No complexo penitenciário brasileiro, a saúde mental é um assunto de suma importância e muito preocupante, especialmente para o público feminino, pois as mulheres que estão reclusas judicialmente apresentam grandes índices de ansiedade, depressão, estresse, alteração no sono, culpa, além de um grande uso indevido de medicamentos antipsicóticos, dentre outros pontos. As chances de tais alterações se apresentarem nesse público em específico é cinco vezes maior do que em mulheres que não estão detidas em uma penitenciária. Muitas são as causas e circunstâncias que levam as mulheres detentas a sofrerem mais que as demais, causas essas que perpassam desde as condições vivenciadas no ambiente prisional, até o rompimento dos laços familiares, em especial a interrupção das relações com os filhos (SANTOS; ALVES *et al.*, 2017). Esses pontos podem ser claramente percebidos nas seguintes falas das entrevistas:

“Sinto muita angústia, a angústia é frequente, é frequente. Já aconteceu de durante o dia eu dormir, por causa dos remédios e ter sonhos perturbadores e dá uma angústia no peito [...] sou ansiosa demais, agora que vou sair dia 24 de dezembro, eu estou muito ansiosa querendo ver eles, ficar com eles, abraçar e beijar eles, cuidar deles, é muita ansiedade dentro desse lugar, tudo se torna ansiedade profunda. A maioria toma remédio para ansiedade aqui [...] sinto muita culpa, é como se tivesse interrompido o laço de crescimento dos meus filhos, da infância deles que eu perdi, eu me sinto muito culpada sobre isso, eu perdi os melhores momentos da infância deles, pra mim tá difícil.” (ME2)

“Me sinto angustiada, é uma coisa que dói, (choro). Eu olho a foto dela e me dói muito, porque eu perdi o crescimento, as descobertas [...] porque igual eu não vejo os meus, é muito difícil, choro, causa dor, causa depressão, eu tomo medicação por causa disso.” (ME5)

O sentimento de angústia se apresenta de forma muito marcante na vivência existencial dessas mães. Os seres humanos possuem liberdade de escolha, ou seja, todos os indivíduos possuem liberdade de escolher, executar e seguir qualquer opção em sua vida, porém em contraponto, toda e qualquer escolha terá uma consequência positiva ou negativa, essa liberdade implica no indivíduo o temível sentimento de angústia. Nos instantes de crise existencial, o sujeito para, percebe a existência de um determinado erro, na sequência realiza indagações sobre suas próprias limitações, por consequência e após esses questionamentos, o ser é tomado pela consciência do nada. A angústia refere-se à existência de um ser incompleto, autor de sua própria realidade, porém é inapto de construí-la com exatidão e perfeição (SARTRE, 1997). Outro ponto bastante marcante relacionado às emoções dessas mães encarceradas, relaciona-se com o sentimento de culpa, conforme pode-se perceber nos dizeres:

“Tenho sentimento de culpa porque se eu não tivesse vendido droga lá fora, eu não estava aqui dentro. E meu filho não estava aqui dentro, sinto muita culpa” (ME1)

“[...] eu assumo meu erro, só que a gente sente culpado, é tão triste pra um filho, igual minha filha falou que os colegas zuaram ela na escola [...] a gente sente uma culpa sim porque podia está cuidando.” (ME4)

“Tenho sentimento de culpa porque eu sabia que podia ser evitado e eu não evitei. É tão intensa essa coisa que não consigo explicar, às vezes pego as fotos delas e eu me culpo por não estar lá [...]” (ME5)

O sentimento de culpa está diretamente relacionado ao desenvolvimento afetivo ou emocional de cada indivíduo. O ser humano em qualquer fase de sua vida, ou seja, de sua existência apresenta um sentimento de culpa, está fadado a sentir-se culpado por alguma coisa, mesmo não sendo o autor da circunstância que promoveu o surgimento de culpa. Outro ponto importante relacionado a este sentimento é que alguns casos de manifestações muito intensas podem levar a um quadro de patologia, portanto, a culpa pode se tornar uma condição de existência humana autodestrutiva (MURIBECA, 2016).

No que se refere à saúde mental relacionada à angústia, ansiedade, culpa, estresse, inconstâncias no sono e depressão, as entrevistadas relatam e apresentam em seu discurso de forma muito acentuada e bastante clara que ao ficarem afastadas dos seus filhos, todas apresentam sem exceção, algum tipo de alteração em um ou mais dos sintomas citados, tornado esses dados relatados extremamente importante para a busca de mecanismo de que viabilizam a diminuição de tais danos a saúde mental dessas mães reclusas. A conservação do bom e constante vínculo familiar é um mecanismo que pode auxiliar nessa questão, além da prática constante de alguma religião, para aquelas que são adeptas, associados aos diversos trabalhos presentes nas instituições prisionais (CONSTANTINO; ASSIS *et al.*, 2016).

4.3 VÍNCULO MATERNO: UMA POSSIBILIDADE DE NÃO REINCIDÊNCIA AO CRIME

Um dos assuntos mais recorrentes em discursos públicos acerca da violência no Brasil é a reincidência ao crime. É comum a interpretação de que quase que em sua totalidade, ou seja, a maioria dos detentos que saem das penitenciárias após cumprirem sua sentença retornam ao mundo do crime em pouquíssimo tempo. Existe hoje na sociedade brasileira uma conotação generalizada e fomentada por grande parte dos profissionais ligados à segurança, de que significativa parte da criminalidade que afeta a sociedade brasileira é proveniente de

criminosos reincidentes. No Brasil a taxa de reincidência ao crime ultrapassa os 70% (SAPORI; SANTOS *et al.*, 2017). Apesar de todos esses grandes índices assustadores e alarmantes sobre a questão de reincidência criminal em um contexto geral, se tratando do público carcereiro feminino, o restabelecimento do vínculo permanente e do cuidado dos filhos, é que fazem com que muitas mães ex-presidiárias, não retornem ao mundo do crime, conforme se pode notar nas seguintes falas das entrevistadas:

“Depois que eu sair daqui eu quero aproveitar cada segundo com ele e arrumar um serviço, terminar meus estudos e fazer uma faculdade e cuidar do meu filho. Quero ensinar a ele ser uma pessoa melhor, quero ser exemplo pra ele, não isso de roubar e ser presa.” (ME6)

“Tenho sonho de agora sair no albergue e construir um barracãozinho no quintal da minha sogra. Ter mais privacidade com meus filhos, cuidar, trabalhar e dar as coisas pros meus filhos igual eu sempre dava quando eu trabalhava. Ficar mais próxima, aconselhar porque agora eles estão ficando mais adolescentes. Meu sonho é esse “cuidar” e ficar longe de tudo que é errado, porque se a gente não mexer com coisa errada, não vem pra um lugar desse. Viver a vida, quero ser mãe, antes eu fui uma, mas agora eu quero ser mãe mais perto, ensinar o dever, sentar, almoçar perto, vê eles dormindo. Eu quero cuidar, eu mesma cuidar.” (ME2)

Quando as mães retomam seu pensamento, relacionados às questões futuras, nota-se perfeitamente que suas possíveis ações de não reincidência criminal estão diretamente ou indiretamente ligadas aos vínculos maternos. Cuidar, proteger e ser exemplo para os filhos é uma das possíveis maneiras em se apegar a algo ou alguém para não voltarem a cometer crimes, pois diversas reclusas durante o tempo em que estão encarceradas passam a refletir sobre seus atos passados e as consequências dos deste para sua existência, consequências essas que perpassam desde o campo da privação da liberdade até o afastamento dos filhos (SILVA; ARAÚJO, 2014). Tais reflexões dos seus erros fazem com que elas, as mães em específico, em muitos casos, coloquem a expectativa em estar junto aos seus filhos como prioridade no futuro, renegando assim as ações que às fizeram se afastar judicialmente de seus filhos, ou seja, se afastam do mundo dos crimes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou explicar acerca dos sentimentos das mães detentas ocasionados pelo afastamento dos filhos em função do período de reclusão. Em relação à saúde mental dessas mães, através dos dizeres das entrevistadas possibilita-se de forma clara compreender que ao ficar longe dos seus filhos, alteração nos sentimentos de angústia,

culpa, ansiedade, estresse, depressão e perturbações durante o período de sono, emergem em suas existências comprometendo suas vidas nos mais diversos campos pessoais e familiares. Compreender essas alterações relatadas e apresentadas são de suma importância para a busca de possíveis mecanismos que possibilitem a diminuição de tais danos à saúde mental dessas mulheres e mães. A conservação de um bom e constante vínculo familiar pode auxiliar nessa questão, portanto, o não rompimento dos vínculos entre mãe e filho pode resultar em um quadro psicológico mais estável.

É importante ressaltar também que essas mulheres cometeram algum tipo de infração enquanto vivência em sociedade. Devido a essa infração estão pagando pelos seus crimes, contudo, é importante colocar em prática implementações de políticas públicas eficazes que voltem seu olhar para esse público, o de mães encarceradas, pois só assim essas mulheres terão mais condições humanas de cumprirem suas penas, minimizando e preservando sua saúde física, espiritual e psicológica. Os autores Santo e Araújo (2016) chamam atenção para a prevalência e criação de políticas de saúde, especialmente voltadas para a atenção mais humanizada, proporcionando gerar um conhecimento maior ao público de mães no que se refere à qualidade de permanência dos vínculos materno afetivo na promoção e prevenção da saúde mental.

Através dessa pesquisa percebe-se o surgimento de um sentimento que perpassa o as questões judiciais em estar presa, é um sentimento subjetivo que afeta profundamente e de forma direta a alma dessas mães. O sistema penitenciário já traz em si para as mães um sofrimento humano para além do afastamento social indo de encontro ao afastamento dos filhos. Sendo assim se faz necessário ter uma conduta diferenciada para essas mães encarceradas que sofrem a espera de um dia poder finalmente estar perto de seus filhos.

Esse trabalho nasceu da observação de mulheres encarceradas de um projeto voluntário na penitenciária o qual a pesquisadora faz parte desde o ano de 2014 com visitas semanais à ala feminina. Durante essas visitas observou-se a demanda gritante das mães em relação ao afastamento dos filhos, e a busca diária e acirrada para vencer as dores dessa separação. Portanto, discutir sobre esse assunto é de suma importância para contemplar estudos científicos através do olhar psicológico da vivência envolta ao cárcere.

Dentre limitações desse estudo, destaca-se o fato da pesquisa ter ocorrido unicamente em uma penitenciária feminina localizada no município de Curvelo-MG, podendo assim ter sido afetado por influências específicas deste ambiente. É importante considerar também a quantidade de indivíduos que participaram desse estudo, não sendo, portanto, uma amostra representativa da população total brasileira de mães encarceradas, fazendo com que os dados

obtidos não possam ser aplicados e generalizados para outros grupos. Para futuros estudos, propõem-se que sejam executadas investigações partindo de outros pontos, como as possíveis consequências psicológicas que o afastamento judiciário entre mãe e filho possa causar na criança, com o intuito de ampliar as discussões no campo da maternidade nas prisões.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BISPO, T C F ; NUNES, F N; REBOUÇAS, L T ; SANTOS, S M; SACRAMENTO, R A L A. **PERCEPÇÕES DAS GESTANTES E PUÉRPERAS PRESIDÁRIAS ACERCA DO CONTEXTO CARCERÁRIO**. Revista Enfermagem Contemporânea. 2016 Jan./Jun.;5(1):43-50

CÂMARA, C C R. **Maternidade e Espiritualidade: aspectos simbólicos**. Paralellus, Recife, v. 6, n. 13, p.467-494, jul./dez.2015

CONSTANTINO, P; ASSIS, S G; PINTO, L W. **O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil**. *Ciênc. saúde coletiva* . 2016, vol.21,n.7, p.2089-2100. ISSN 4138123. <http://dx.doi.org/10.1590/141381232015217.01222016>.

DALMÁCIO, L M; CRUZ, E J; CAVALCANTE, L I C. **Percepções de mães encarceradas sobre o direito á amamentação no sistema prisional**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais . Vol. 6 Nº 11, Julho de 2014. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/202>> Acesso em: 02 de maio de 2018.

DIUANA, V; CORRÊA, M C D V; VENTURA, M. **Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 27 [3]: 727-747, 2017.

FRANÇA, L A; CANTÚ, M C. **Condições, processo e experiência do encarceramento feminino: uma pesquisa de campo na Penitenciária Feminina do Paraná**. ULBRA. **V.16, N. 2. 2015**. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/direito/article/view/2290> > Acesso em: 02 de maio de 2018.

FREITAS, C R M. **O CÁRCERE FEMININO: DO SURGIMENTO ÀS RECENTES MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI DE EXECUÇÃO PENAL**. 2014. Disponível em: < http://revistapensar.com.br/direito/pasta_upload/artigos/a187.pdf> Acesso em: 02 de maio de 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas,

2008. GIL, A C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª. ed. São Paulo:

Atlas, 2010.

KARPOWICZ, D S. **LEGADO DA CONGREGAÇÃO BOM PASTOR D'ANGERS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CÁRCERE FEMININO NO BRASIL**. Anais do III

Encontro de Pesquisas Históricas - PPGH/PUCRS. Porto Alegre, 2016. p.1227-1240.

LEITE, R R Q; FROTA, A M M C. **O desejo de ser mãe e a barreira da infertilidade: uma compreensão fenomenológica**. Rev. abordagem gestalt. vol.20 no.2 Goiânia dez. 2014 ISSN 1809-6867

LIMA, G M B; NETO, A F P; AMARANTE, P D C; DIAS, M D; FILHO, M O F. **Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência** Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 446-456, jul/set 2013.

LIMA, G M B; NETO, A F P; AMARANTE, P D C; DIAS, M D; FILHA, M O F. **MULHERES NO CÁRCERE**. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 446-456, jul/set 2013.

MACHADO, J D. **Maternidade encarcerada: uma análise da substituição da prisão preventiva pela domiciliar das mulheres gestantes e com filhos menores de 12 anos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**. FUNDAÇÃO GETÚLIO

VARGAS, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18983/JULIANA%20DANTAS%20MACHADO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 04 de maio de 2018

MARCONI, M de A; LAKATOS, E M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, D C. **A PRISÃO FEMININA: GRAVIDEZ E MATERNIDADE - UM ESTUDO DA REALIDADE EM PORTO ALEGRE - RS/BRASIL E LISBOA/PORTUGAL**. PUCRS. 2014. Disponível em:

<<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/6671>> Acesso em: 01 de maio de 2018.

MURIBECA, M M M. **Entre o sentimento de culpa e a depressão: uma nova tradução clínica**. Estud. psicanal. no.46 Belo Horizonte dez. 2016. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372016000200013> Acesso em: 09 de nov. 2018.

ORMEÑO, G; PEREIRA, A C S. **Filhos nascidos no cárcere e as dificuldades do exercício da maternidade em ambiente prisional**. 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19979>> Acesso em: 01 de maio de 2018.

PIZZIO, A. **Embates acerca da ideia de justiça social em relação a conflitos sociais e desigualdades** Universidade Federal do Tocantins. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 50(3):355-375, maio/jun. 2016

SANTO C S O E; ARAÚJO M A N. **VÍNCULO AFETIVO MATERNO-processo fundamental à saúde mental**. Espírito Santo, 2016. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/download/831/593>> Acesso em: 14 de nov. de 2018.

SANTOS, J H P; SANTOS, I P. **PRISÕES: UM APORTE SOBRE A ORIGEM DO ENCARCERAMENTO FEMININO NO BRASIL**. 2014. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c76fe1d8e0846243>> Acesso em: 01 de maio de 2018.

SANTOS, M V; ALVEZ, V H; PEREIRA, A V; RODRIGUES, D P; MARCHIORI, G R S; GUERRA, J V V. **SAÚDE MENTAL DE MULHERES ENCARCERADAS EM UM PRESÍDIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** Texto Contexto Enferm, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v26n2/pt_0104-0707-tce-26-02-e5980015.pdf> Acesso em: 05 de nov. 2018.

SAPORI, L F; SANTOS, R F; MAAS, L W D. **FATORES SOCIAIS DETERMINANTES DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL NO BRASIL: O caso de Minas Gerais**. RBCS Vol. 32 n° 94 junho/2017: e329409 DOI 10.17666/329409/2017

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de fenomenologia ontológica**. Tradução de Paulo Perdigo. 5ª ed, RJ: Vozes, 1997.

SILVA, A D. **Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, 224 p. ISBN 978-85-7983-703-6.

SILVA, E A R D; ARAÚJO, M I S; CASTRO, T S; SILVA Y T; MOREIRA J M. **Realidade prisional feminina: problemas enfrentados pelas detentas e possibilidades de reinserção social**. EXTRAMUROS - Revista de Extensão da Univasf, Vol. 2, No 1 (2014) Disponível em: <<http://periodicos2.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/viewArticle/416>> Acesso em: 11 de nov. de 2018.

SOUZA, R G C; FERREIRA, A M M. **O AMOR ATRÁS DAS GRADES: Um estudo sócio-jurídico sobre a maternidade nas prisões**. Revista da FARN, Natal, v.11, n. 1/2, p. 133-163, jan./dez. 2014.